



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

GRUPO DE SUPERVISÃO TÉCNICA COM ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS:

consideração para o Serviço Social

GÊNESIS DE OLIVEIRA PEREIRA ¹

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a supervisão técnica no Serviço Social junto a assistentes sociais do INSS. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de uma sistematização da supervisão técnica desenvolvida por meio de projeto de extensão com assistentes sociais inseridos em agências previdenciárias de todo o Brasil.

Palavras-chaves: Supervisão técnica; Serviço Social; Trabalho; INSS.

Abstract:

The present work aims to reflect on the technical supervision in the Social Service with the social workers of the INSS. It is a bibliographical research and a systematization of the technical supervision developed through an extension project with social workers inserted in social security agencies all over Brazil.

Keywords: Technical Supervision; Social Work; Work; INSS

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

I. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a supervisão técnica no Serviço Social a partir da experiência extensionista de supervisão com cinquenta e cinco assistentes sociais do INSS. A pesquisa aqui empreendida utiliza como metodologia a revisão bibliográfica sobre a supervisão técnica em Serviço Social e a sistematização da experiência vivenciada como supervisores de assistentes sociais inseridos em diversas Agências da Previdência Social (APS's) de todo o Brasil.

A supervisão técnica é uma atividade antiga, mas relegada ao longo da renovação do Serviço Social. Atualmente temos pouco acúmulo bibliográfico sobre a temática e poucas experiências em curso; a prática de supervisão não conquistou a devida importância no interior do Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social. Historicamente o debate sobre a supervisão vem acompanhado da assessoria e da consultoria, e, em seu interior, desfruta de menor elaboração. Neste trabalho procuramos, a partir de nossa experiência, trazer algumas contribuições para o debate ainda incipiente na categoria.

O trabalho se organiza de modo a problematizar a supervisão técnica no interior do PEP, desvinculando-a das práticas de supervisão ligadas ao conservadorismo. Apresentamos a construção da proposta e os rumos que nos levaram à supervisão a partir

da prática extensionista na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). A partir de nossa experiência situamos algumas contribuições e reflexões para profissão oriundas de um ano de supervisão técnica para assistentes sociais do INSS.

II. DESENVOLVIMENTO

Supervisão e serviço social

A supervisão do trabalho profissional foi presente em nossa categoria no período marcado pelo conservadorismo. Inicialmente, esteve ligada à orientação técnica para entidades privadas de filantropia. A compreensão norteadora de tais ações esteve vinculada à prestação de assistência/orientação técnica para as obras sociais incidindo sobre o controle e fiscalização das mesmas (GUERRA; BRAGA, 2011). Assim, supervisão aparecia como “o processo educacional pelo qual uma pessoa possuidora de conhecimento e experiência prática, toma responsabilidade de treinar outra possuidora de menos recursos técnicos” (GUERRA; BRAGA, 2011, p. 6).

No processo de modernização conservadora do Serviço Social, a supervisão é orientada por uma racionalidade técnica, vinculada à área da administração e planejamento, norteadora pelos padrões de eficiência e eficácia. Nesse sentido, buscou-se atribuir cientificidade por meio do tecnicismo, esvaziando o debate político-ideológico dos instrumentais utilizados.

No processo de renovação do Serviço Social, o tema da supervisão não foi suficientemente desenvolvido a partir dos princípios construídos no âmbito do Projeto Ético-Político (PEP), o que, por sua vez, acarretou o esvaziamento dessas ações. Atualmente utiliza-se, erroneamente, tal temática como sinônimo de assessoria (MATTOS, 2006). Consideramos a assessoria como uma atividade pontual, enquanto a supervisão é uma atividade programada e contínua. Na contemporaneidade, observamos lacunas teórico-práticas no âmbito do assunto; como se a ação supracitada expressasse, por si mesma, o conservadorismo. No contexto de acirramento das políticas ultraneoliberais observamos que

a intensificação do trabalho avança sobre os momentos de reflexão e a ausência de supervisão contribui para reiteração da prática acrítica, mecanicista e rotineira.

Compreendemos que a supervisão, a partir do acúmulo teórico-crítico construído no processo de renovação, não se confunde com o aprimoramento tecnicistas do trabalho. Ao contrário,

ela detém a capacidade de garantir a continuidade das diretrizes do programa, o alcance dos objetivos; de avaliar e qualificar o padrão de prestação dos serviços; de contribuir com os profissionais para que direcionem seus esforços na apreensão crítica da realidade e realização de pesquisas, favorecendo a compreensão da particularidade das expressões da questão social com a qual trabalham, em uma perspectiva de totalidade; de orientar profissionais na formulação, implementação e avaliação das políticas sociais e da participação de usuários neste processo” (GUERRA; BRAGA, 2011, p. 9).

Nessa direção, a supervisão profissional para assistentes sociais é uma atribuição privativa da categoria e, em nossa compreensão, faz parte da formação continuada que, ao aprimorar o trabalho profissional, conseqüentemente incide na melhoria dos serviços prestados à população (GUERRA; BRAGA, 2011).

Permite, ainda, a proposição de ações que garantam a universalidade dos direitos sociais, na perspectiva do controle social democrático, prepare profissionais críticos e propositivos, contribua na realização de metas e de objetivos profissionais e assegure e/ou melhore a qualidade dos serviços, contribua na avaliação de impacto e no alcance dos objetivos da política, programa ou instituição, na definição/ampliação dos critérios de elegibilidade, visando desencadear ações que sejam baseadas em princípio democráticos e de democratização das decisões, convergentes com o nosso projeto ético-político (GUERRA; BRAGA; 2011, p. 10)

Por isso, precisa ser orientada pela “perspectiva teórico-metodológica apoiada na teoria social crítica e nos princípios ético-políticos de um humanismo radicalmente histórico, norteador do projeto de profissão que defendemos” (IAMAMOTO, 2006, p. 7), de modo que contribua para o aprimoramento intelectual e práticos dos agentes profissionais.

A supervisão técnica como atividade de extensão

Gostaríamos, nesse momento, de traçar nossa trajetória, de modo a situar nosso encontro com a supervisão técnica para assistentes sociais do INSS. Primeiramente iniciamos nossas atividades com um curso de extensão de sistematização da experiência

profissional em parceria com o Núcleo de Sistematização de Experiências Profissionais no campo das Políticas Públicas (NSEPP) da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FSS/UERJ).

O produto de nosso projeto centrou-se na construção de um plano de sistematização e, para dar consequência a esta ação, passamos a desenvolver assessoria para auxiliar os profissionais². Acreditamos que sistematizar é um momento de reflexão teórica do trabalho que promove a produção de conhecimento a partir das experiências profissionais no interior das políticas públicas (ALMEIDA, 2016).

A perspectiva de produzir conhecimento a partir de uma experiência prática, tomando o próprio trabalho como objeto de reflexão e no sentido de contribuir com o (re)pensar crítico da ação é chamada de sistematização da prática. É a produção de conhecimento que a inserção no processo de trabalho permite produzir. A sistematização surgiu da necessidade de que a formação profissional tratasse efetivamente do trabalho de assistentes sociais, ao mesmo tempo em que valorizasse a dimensão intelectual da sua formação. (ALMEIDA, 2016, p. 12)

Ao final do curso, duas equipes desistiram da sistematização. A principal alegação era falta de espaço nas agendas profissionais para momentos de reflexão do trabalho, no contexto de sobrecarga tornava-se impossível a continuidade na proposta para alguns participantes. Assim, três equipes participaram dessa etapa, com as seguintes propostas de sistematização:

1. Construção de um plano de trabalho para o Serviço Social na Reabilitação Profissional;
2. Assessoria e consultoria à rede socioassistencial;
3. Trabalho da assessoria técnica/ representação técnica do Serviço Social;

As propostas alcançaram níveis de sistematização distintos, incidiu sobre elas a falta de tempo, a intensificação do trabalho, o desgaste dos profissionais com a instituição. Efetivamente apenas a proposta de assessoria e consultoria à rede alcançou a elaboração completa de sistematização, no entanto, as mudanças institucionais retiraram essas atividades do Serviço Social, o que desmobilizou o processo de socialização do acúmulo alcançado pela equipe.

Em nossa experiência podemos identificar uma demanda latente por problematização do trabalho, fruto de uma caminhada solitária no interior da política pública.

2 As ações foram desenvolvidas no interior do projeto: "Assessoria, consultoria e supervisão para a sistematização da experiência profissional de assistentes sociais inseridos no INSS".

Nas falas dos profissionais era latente o interesse pela assessoria e, ao mesmo tempo, expressavam os limites institucionais para produção de reflexões teóricas sistematizadoras. A sistematização exigia da equipe produção textual e algo raro no INSS: tempo.

Diante desse cenário decidimos avançar na perspectiva da supervisão. Propomos a construção de um espaço de reflexão sobre o processo de trabalho coletivo e a particularidade de nossa contribuição profissional em seu interior. Um espaço de debate sobre o trabalho, numa perspectiva de suspensão da cotidianidade e, principalmente, um espaço onde não seria requerido produtos dos participantes. Enveredar pelos caminhos da supervisão foi um desafio para equipe do projeto. Como podemos ver, o tema da supervisão é pouco debatido no interior da profissão, da mesma forma essa atividade também é pouco realizada pelas assistentes sociais. Como resultado desses processos as assistentes sociais também não têm uma cultura de serem supervisionadas. Portanto, estamos todos descobrindo essa experiência de supervisionar e ser supervisionado.

No âmbito da socialização algumas contribuições metodológicas discutimos sobre como conduzir esse espaço. Pensamos em sugerir grandes temas geradores de debate que já havíamos identificado nos trabalhos de assessoria, incluiríamos aí algumas referências bibliográfica para orientar o debate.

Contudo, avaliamos que esse formato traria um compromisso com a leitura, que poderia afastar alguns profissionais que estão passando por processos de exaustão. Avaliamos também que queríamos ser surpreendidos, ouvir mais do que falar. Ficamos apreensivos, principalmente pelo medo do silêncio, pelo medo de se tornar um espaço de reclamações, contudo, em nenhum dos encontros o silêncio imperou. As assistentes sociais têm muita coisa para falar sobre seu trabalho e a ausência de supervisão tem trazido um caminho solitário no interior das políticas sociais, onde os profissionais falam “rapidinho” um com os outros sobre questões altamente complexas que exigem um espaço de reflexão. A supervisão é, portanto, um espaço necessário para trabalhar questões complexas, para preparar profissionais aptos a realizar seu trabalho com competência e compromisso na direção da efetivação dos princípios e valores do projeto ético-político profissional.

Assim, nos dispomos a trazer uma reflexão teórica a partir das questões trazidas pelas assistentes sociais, promover, portanto, sínteses entre teoria e prática. Nesse momento o referencial teórico-crítico deve orientar a reflexão sobre os espaços-sócio-ocupacionais viabilizando a construção de estratégias profissionais (GUERRA; BRAGA, 2019). É preciso ter nítido que não se trata, de forma nenhuma, da aplicação da teoria na prática.

Em nossa metodologia o espaço de supervisão é fluído. Cada encontro é um encontro, não há um roteiro pré-definido. Quando um profissional falta uma supervisão ele pode retornar na próxima reunião sem ficar perdido. Cada supervisão é uma supervisão. Os temas fluem de acordo com os profissionais que estão presentes, mas ela exige constância na participação. Isto é, a assistente social só está em processo de supervisão quando comparece assiduamente aos encontros, aqueles profissionais que aparecem uma vez ou outra, em nossa compreensão, participam das reuniões, mas não estão em processos de supervisão.

Sistematização da experiência de supervisão técnica para assistentes sociais do INSS

O processo de supervisão técnica vem sendo desenvolvido a cerca de um ano, realizamos um encontro mensal remoto com equipes de todo o Brasil. O grupo é composto por 53% de assistentes sociais brancos e 47% de negros, sendo 94,7% de mulheres. No âmbito da formação 57,9% se formaram em Universidades Públicas, 26,3% possuem mestrado e 47,4% especialização. Trata-se, portanto, de um grupo altamente qualificado, reflexo, em alguma medida, dos altos salários praticados na política previdenciária. O perfil do grupo também revela que as pessoas de cor branca ocupam majoritariamente os postos de trabalho com melhor remuneração, movimento esse que só pode ser apreendido no interior das relações raciais presentes na formação social brasileira.

Ao longo de um ano de caminhada, consolidamos um núcleo duro de 19 assistentes sociais que comparecem assiduamente aos encontros. Identificamos, no processo de supervisão, que as assistentes sociais tendem a explorar mais a dimensão abstrata do trabalho, isto é, as relações de trabalho, a precarização e as mudanças na organização do trabalho. As condições aviltantes de trabalho têm gerado imobilismo nos agentes profissionais. Quando chamados a refletir sobre as condições objetivas do trabalho acabam recaindo no que José Paulo Netto (1996) chamou de fuga para o futuro, é como se as condições objetivas atuais fossem paralisantes e já estivesse tudo perdido. Esse processo leva à tendência de transformar o espaço de supervisão num muro de lamentações onde o fatalismo impera impiedosamente, é como se no contexto de aprofundamento da precarização o conteúdo objetivo do trabalho dos assistentes sociais deixasse de existir.

Consideramos ser de suma importância debater a instituição, suas requisições, contudo, não podemos ficar somente nessa esfera. É preciso avançar na perspectiva de realizar uma síntese de múltiplas determinações que envolvem o exercício profissional na sua totalidade: as condições objetivas que se operam no mercado de trabalho, as condições subjetivas relativas aos sujeitos, as respostas profissionais e a necessidade de qualificá-las permanentemente. Se ficamos somente na esfera da análise da instituição e da conjuntura não conseguimos captar o impacto das transformações para nosso trabalho.

Nesse contexto, a dimensão concreta do trabalho das assistentes sociais é esvaziada, não é objeto de reflexão e permanece perigosamente no campo da cotidianidade. Supervisionar, nesses momentos, é retomar a importância do trabalho concreto, estimular a reflexão sobre a orientação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na perspectiva de responder as transformações societárias em curso. Ou seja, para fugir do muro das lamentações é preciso recuperar os fundamentos da profissão para pensar a realidade de forma a construir estratégias profissionais que rompam com a apatia do fatalismo. Nós ficamos nove meses sem conseguir furar a dimensão do trabalho abstrato, tivemos, em seguida, três encontros de aprofundamento da dimensão do trabalho útil. Para surpresa das assistentes sociais, elas tem muitas coisas para falar sobre o trabalho cotidiano, precisam, sobretudo, de ajuda técnica para elaborar essas questões e tirá-las da cotidianidade.

No cenário de adensamento dos debates sobre a dimensão abstrata do trabalho profissional foi preciso diferenciar o espaço de supervisão e o espaço sindical. Algumas questões levantadas pelas assistentes sociais só têm resolutividade no âmbito da luta coletiva, esse processo inviabiliza a supervisão e nos leva para um campo onde não podemos fazer quase nada, a não ser ir para a luta. Entendemos que a culpa não é dos profissionais, o alto índice de precarização e digitalização de nosso trabalho tem impedido e dificultado o florescimento daquele perfil profissional crítico, propositivo e competente (IAMAMOTTO, 2006). Nós apoiamos os sindicatos e acreditamos que eles são mediações fundamentais, queremos chamar a atenção para o fato de que a supervisão não é, propriamente, um espaço de organização política da categoria. Isso não significa dizer que a supervisão é um campo de neutralidade, acreditamos que esse espaço de reflexão sobre o trabalho incide e elucida a dimensão política de nossa ação, qualificando nossa participação nos espaços sindicais, nas lutas pela melhoria de nossas condições de trabalho e na defesa intransigente da profissão na política previdenciária.

É importante demarcar esse posicionamento, uma vez que temos observado nas

políticas públicas que espaços de formação/qualificação promovidos pelas instituições têm dado maior ênfase às mudanças de sistemas, alterações nas leis e questões ligadas as novas requisições institucionais. Precisamos demarcar a necessidade de ultrapassar essa esfera no espaço de supervisão, pensar os fundamentos do trabalho como uma mediação para enfrentar a conjuntura presente, colocar o Serviço Social no INSS como objeto de reflexão. Portanto, a supervisão é um espaço fundamental para produção de saberes coletivos que favoreçam o aprimoramento intelectual e ético dos agentes profissionais (GUERRA; BRAGA; 2011).

Precisamos deixar registrado que a supervisão técnica não pode ser voltada à dimensão técnico-operativa do trabalho. Nós realizamos uma supervisão a partir dos fundamentos teórico-metodológico, ético-políticos e técnicos-operativos do trabalho profissional, orientados pela direção estratégica do PEP. A supervisão tem como desafio problematizar as ações profissionais a partir do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, bem como com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, expressa no nosso PEP. (GUERRA; BRAGA, 2011).

É importante demarcar esse posicionamento, uma vez que nas políticas públicas os espaços de formação/qualificação promovidos pelas instituições têm dado maior ênfase às mudanças de sistemas, alterações nas leis e questões ligadas as novas requisições institucionais. Precisamos demarcar a necessidade de ultrapassar essa esfera no espaço de supervisão, pensar os fundamentos do trabalho como uma mediação para enfrentar a conjuntura presente, colocar o Serviço Social no INSS como objeto de reflexão.

Portanto, a supervisão é um espaço fundamental para produção de saberes coletivos que favoreçam o aprimoramento intelectual e ético dos agentes profissionais (GUERRA; BRAGA; 2011). Requer, para ser operacionalizada, a retomada “dos fundamentos teórico-metodológicos, a eleição de uma perspectiva ética, a formação de habilidades, densas de política” (IAMAMOTO, 2006, p. 9). Visa romper com aquele velho dilema já sinalizado por Santos:

Os profissionais da intervenção, muitas vezes, não conseguem se apropriar dessa relação. Para eles, há uma grande lacuna entre o que aprendem na universidade e a realidade de seus espaços sócio-ocupacionais. Frequentemente queixam-se das dificuldades que sentem no momento de materializar em ações os conteúdos obtidos na academia. Mostram grande preocupação com os “procedimentos corretos” de aplicação do instrumental técnico-operativo, que não consideram explicitado o suficiente. Isso não significa que desejem “modelos” mas que não conseguem apreender em sua formação acadêmica as relações que a teoria pode estabelecer com os momentos singulares da intervenção. (SANTOS, 2002, p. 9)

A supervisão requer um preparo profissional, seu tempo não pode ser restrito ao espaço do encontro. É fundamental assegurar um tempo na agenda para sistematização do trabalho de modo que os agentes profissionais possam refletir e amadurecer as questões que irão trabalhar. Da mesma forma, acreditamos que o alto fluxo de trabalho e mudanças institucionais exigem uma supervisão periódica, que se realize mais de uma vez ao mês.

Supervisionar requer elaboração de sínteses reflexivas a partir das falas; exige competência teórico-metodológica para superar a dimensão da aparência e alcançar a essência das questões levantadas pelos profissionais; requisa nitidez ético-política acerca dos valores e princípios defendidos pela categoria, de modo que a reflexão ética se coloque “como componente essencial, conduzindo o fazer intencionalmente parametrado pelo projeto profissional coletivamente construído pela categoria” (GUERRA; BRAGA, 2011, p. 13). Também requer competência técnico-operativa para pensar caminhos e estratégias para o trabalho profissional.

O supervisor não intervém, não é executor, mas propõe ações e estratégias, mediante avaliação dos elementos apresentados pelas equipes. Contribui para o processo de construção de respostas de “caráter ético-político e técnico-operativo - apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos - dos agentes profissionais ao contexto em que se desenvolve o trabalho” (IAMAMOTO, 2006, p. 12).

Ao longo de nossa experiência, podemos dizer que supervisionar é romper com a aparência, buscar e construir com o grupo reflexões que captem a essência das transformações institucionais e seus impactos para a profissão. Supervisionar é construir um saber coletivo. O INSS vive hoje uma forte reestruturação de seus serviços, com profundas alterações no processo de trabalho coletivo e sérios impactos para nossa contribuição nessa esfera. Desvelar as nuances desse processo e a forma que ele incide no trabalho dos assistentes sociais através de novas requisições institucionais (por vezes alheias à profissão) exige a articulação dos fundamentos coletivamente construídos por nossa categoria. Portanto, pensar o aprimoramento ético e intelectual orientado pela direção estratégia do PEP incide sobre a qualidade dos serviços prestados à população.

Em outras palavras, acreditamos que a supervisão precisa fornecer elementos para formação continuada que capacite os profissionais na melhoria dos serviços prestados a partir da direção estratégica do PEP. Com base nesses apontamentos, consideramos que a presente proposta busca adensar o acúmulo teórico-prático no campo de uma atividade pouco realizada e problematizada pela categoria profissional. Expressa, portanto, uma contribuição e uma provocação aos assistentes sociais, à Universidade e entidades

representativas: precisamos refletir e construir processos de supervisão técnica em Serviço Social para resistir às transformações contemporâneas.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A supervisão técnica é um tema e uma prática pouco desenvolvida pela categoria profissional dos assistentes sociais. Se a teoria é uma forma de apropriação do real, a falta de acúmulo bibliográfico sinaliza, em alguma medida, o frágil desenvolvimento dessa ação. É como se tivéssemos reduzido a supervisão ao estágio supervisionado. Em nossa compreensão a supervisão é um espaço necessário e que precisa ser aprofundado pela profissão. Ela não pode se confundir com o aprimoramento tecnicista do trabalho, ela exige a problematização dos processos de trabalho e das dimensões que compõe o trabalho profissional tendo como horizonte a direção estratégica construída coletivamente no âmbito do projeto ético-político.

Ao final de cada supervisão temos elaborado relatórios de nossos encontros juntamente com uma síntese reflexiva, onde buscamos refletir teoricamente sobre as questões levantadas pelo grupo. Acreditamos que é necessário realizar um esforço de sistematização do debate do grupo, de modo que pavimente alguns achados e reforce o papel da teoria na compreensão do real e na construção das respostas profissionais.

A partir do acúmulo aqui trabalhado podemos dizer que não há uma fórmula, um modelo ou um como fazer supervisão. É preciso pontuar que supervisão não se confunde com práticas terapêuticas, quando falamos em supervisão estamos falando em problematização do trabalho profissional a partir de seus fundamentos.

A falta de problematização dessa prática traz insegurança e questionamento para os supervisores, e, por vezes, medo de estar fazendo algo errado. Para os assistentes sociais estar num processo de supervisão é estranho, uma vez que não há essa cultura profissional. Há uma tendência de transformar esse espaço num campo de lamentações, empobrecendo as potencialidades de construção de estratégias profissionais. Infelizmente a supervisão revela o lado mais profundo do fatalismo, mas, ao mesmo tempo, é um espaço de desnaturalização dessa dimensão; é um convite para, a partir do debate sobre o trabalho, superar essa esfera paralisante.

Quando convidados as assistentes sociais para refletir sobre o trabalho eles falam da sobrecarga, da falta de autonomia, do teletrabalho. Eles falam da precarização, das relações de trabalho, mas não falam do trabalho concreto. É como se no contexto de precarização o trabalho, as potencialidades e a riqueza de nossos atendimentos não existissem.

O trabalho da supervisão vem buscando recuperar a potencialidade e a riqueza das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais. Nós temos condições técnicas para realizar um perfil das pessoas que procuram o BPC, para explicitar o processo de empobrecimento da população, as principais expressões da questão social que estamos atendendo, mas nós estamos presos nos desafios e negando ou diminuindo nossas potencialidades. Nesse mar de desilusões oriundo da onda ultraneoliberal precisamos retomar a riqueza de nosso trabalho, dos atendimentos e a atualidade dos fundamentos para responder as transformações contemporâneas.

É nesse contexto que a supervisão técnica reforça uma visão de capacitação continuada para o exercício profissional. Estamos seguros de que precisamos diminuir o isolamento dos assistentes sociais nas políticas públicas, muitos dos profissionais que desejam pensar sobre o trabalho acabam indo para o mestrado e para o doutorado, é como se precisássemos sair do trabalho para pensar sobre ele. É essa tendência que a supervisão pode contribuir para ressignificar; nós não precisamos nos afastar do trabalho para refletir sobre ele, nós podemos, também, pensar o trabalho por dentro das políticas públicas, de modo a valorizar e sistematizar o saber produzido nesses espaços.

Portanto, acreditamos que a supervisão precisa fornecer elementos para formação continuada que capacite os profissionais na melhoria dos serviços prestados a partir da direção estratégica do PEP.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, N. T. A Sistematização da prática. In: CRESS/RJ. **Práxis**, Rio de Janeiro, Ano IX, No87, Janeiro/fevereiro, p.12-13, 2016. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/download/praxis/praxis-87.pdf>. Acesso em: 18 fev.2018.

IAMAMOTO, M.V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. Ana Elizabete Mota...[et al], (orgs). São Paulo: OPS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

GUERRA, Y.; BRAGA, M.E. Supervisão em Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. Ana Elizabete Mota...[et al], (orgs). São Paulo: OPS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

NETTO, J.P. Transformações societárias e serviço social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. In **Serviço Social e Sociedade**, n.50. São Paulo: Cortez, 1996.

MATOS, M.C. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. Ana Elizabete Mota...[et al], (orgs). São Paulo: OPS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

PEREIRA, G.O. Fundo público e precarização do trabalho: as disputas em torno do orçamento bruto de pessoal. In: Mauriel, A.P.O.E.et al. **Crise, ultraneoliberalismo e destruição de direitos**. Uberlândia: Navegando, 2020.

SANTOS, C.M. As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social” IN: Revista Libertas. V.2 N.2 e. Juiz de Fora: FSS/UFJF, 2002.